

SUMÁRIO

<i>Prefácio (desta 32ª edição)</i>	5
<i>Apresentação (da 1ª edição)</i>	7

PRIMEIRA PARTE – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I – O Estado e o Poder de Tributar

1. O Estado e sua atividade financeira	23
2. O poder de tributar	27
3. Poder e competência	28
4. Atribuição de competência e distribuição de receita	29
5. Os princípios jurídicos da tributação	31
5.1 <i>Legalidade</i>	32
5.2 <i>Anterioridade</i>	35
5.3 <i>Igualdade</i>	37
5.4 <i>Competência</i>	38
5.5 <i>Capacidade contributiva</i>	39
5.6 <i>Vedação do confisco</i>	40
5.7 <i>Liberdade de tráfego</i>	42
5.8 <i>Garantias do contribuinte e tributação extrafiscal</i>	43
6. Tributação e solidariedade social	
6.1 <i>Solidariedade social como princípio constitucional</i>	44
6.2 <i>Solidariedade e legalidade</i>	45
6.3 <i>Solidariedade e capacidade contributiva</i>	46
6.4 <i>Relativização dos princípios</i>	46
6.5 <i>Solidariedade e gasto público</i>	47

CAPÍTULO II – O Direito Tributário

1. Conceito, denominações e finalidade	48
2. Natureza, posição e autonomia	51
3. Direito tributário, direito financeiro e ciência das finanças	53
4. Tributo: conceito e espécies	55
5. Classificação dos tributos	67
6. Função dos tributos	68

7. Tributo oculto ou disfarçado	
7.1 Na Teoria Geral do Direito	69
7.2 No Direito brasileiro	69
7.3 Exemplos de tributos disfarçados ou ocultos no Direito brasileiro	
7.3.1 Valor da outorga	70
7.3.2 Sobrepreço nos monopólios estatais	70
7.3.3 Contraprestação de serviços de uso compulsório ..	71
7.4 Inconstitucionalidade	
7.4.1 Sistema tributário e direitos fundamentais	71
7.4.2 Contrariedade ao sistema	72
8. Regime especial em matéria tributária	
8.1 Conceito e espécies	72
8.2 Regimes especiais e isonomia	73
8.3 Regimes especiais no plano constitucional	73
8.4 Regime especial de fiscalização e sanção política	74

SEGUNDA PARTE – NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I – Legislação Tributária

1. Lei e legislação	77
2. Lei ordinária e lei complementar	78
3. Princípio da legalidade	79
4. Medidas provisórias	82
5. Tratados e convenções internacionais	84
6. Decretos e regulamentos	85
7. Normas complementares	87

CAPÍTULO II – Vigência e Aplicação da Legislação Tributária

1. Vigência e aplicação	90
2. Vigência da legislação tributária no espaço	91
3. Vigência da legislação tributária no tempo	92
4. Os princípios da anualidade e da anterioridade	93
5. Aplicação imediata	96
6. Aplicação retroativa	98

CAPÍTULO III – Interpretação e Integração da Legislação Tributária

1. Interpretação e integração	102
2. Métodos de interpretação	104
3. Meios de integração	106
4. Posições apriorísticas e o interesse público	109
5. Institutos, conceitos e formas de direito privado	110

6. <i>Interpretação econômica</i>	112
7. <i>Interpretação literal</i>	113
8. <i>Interpretação benigna</i>	115
9. <i>Fontes da interpretação</i>	116
10. <i>Interpretação e aplicação</i>	116
11. <i>Os princípios jurídicos e a interpretação</i>	117

CAPÍTULO IV – Obrigação Tributária

1. <i>Conceito e espécies</i>	121
2. <i>Natureza jurídica</i>	124
3. <i>Fato gerador</i>	125
3.1 <i>Fato gerador da obrigação principal</i>	126
3.2 <i>Fato gerador da obrigação acessória</i>	127
3.3 <i>Fato gerador e hipótese de incidência</i>	127
3.4 <i>Quando se considera consumado o fato gerador</i>	129
3.5 <i>Norma geral antielisão</i>	130
3.6 <i>Negócios jurídicos condicionais</i>	132
3.7 <i>Insubsistência do fato tributável</i>	133
4. <i>Aspectos ou elementos do fato gerador</i>	134
4.1 <i>Aspecto material ou nuclear</i>	134
4.2 <i>Base de cálculo</i>	135
4.3 <i>Alíquota</i>	
4.3.1 <i>Conceito e importância</i>	136
4.3.2 <i>Alíquotas específica e percentual</i>	136
4.3.3 <i>Alíquotas fixas e variáveis</i>	137
4.3.4 <i>Alíquotas progressivas e regressivas</i>	137
4.3.5 <i>Alíquota zero</i>	137
4.4 <i>Diferimento de incidência</i>	138
5. <i>Sujeito ativo</i>	138
6. <i>Sujeito passivo</i>	142
6.1 <i>Convenções particulares</i>	144
6.2 <i>Solidariedade</i>	146
6.2.1 <i>Benefício de ordem</i>	147
6.2.2 <i>Efeitos da solidariedade</i>	148
6.3 <i>Capacidade tributária</i>	148
6.4 <i>Domicílio tributário</i>	150
7. <i>Responsabilidade tributária</i>	151
7.1 <i>Responsabilidade dos sucessores</i>	152
7.2 <i>Fusão, transformação ou incorporação</i>	156
7.3 <i>Continuação da atividade</i>	157
7.4 <i>Responsabilidade de terceiros</i>	159
7.5 <i>Responsabilidade por infrações. Sua exclusão pela denúncia espontânea</i>	163

7.6	<i>Exclusão da responsabilidade pelo desconhecimento da lei</i>	171
-----	-----------------------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO V – Crédito Tributário

1.	Conceito	172
2.	Constituição do crédito tributário	174
2.1	<i>Lançamento. Sua natureza. Legislação aplicável</i>	174
2.2	<i>Critérios jurídicos no lançamento</i>	177
2.3	<i>Modalidades de lançamento</i>	178
2.3.1	<i>Lançamento de ofício</i>	178
2.3.2	<i>Lançamento por declaração</i>	179
2.3.3	<i>Lançamento por homologação</i>	180
2.3.4	<i>A jurisprudência do STJ quanto ao lançamento por homologação</i>	182
2.4	<i>Revisão do lançamento</i>	183
2.5	<i>Depósito judicial e lançamento</i>	185
3.	Suspensão do crédito tributário	186
3.1	<i>Moratória</i>	187
3.2	<i>Depósito</i>	
3.2.1	<i>Ato voluntário e seus efeitos</i>	190
3.2.2	<i>Suspensão da exigibilidade do crédito tributário</i>	191
3.2.3	<i>Suspensão da exigibilidade do dever de pagar antecipadamente</i>	191
3.2.4	<i>Montante integral</i>	191
3.2.5	<i>Depósito e consignação em pagamento</i>	192
3.2.6	<i>Procedimento</i>	192
3.2.7	<i>Decadência e prescrição</i>	193
3.2.8	<i>Levantamento ou conversão em renda</i>	194
3.2.9	<i>Depósito e execução fiscal</i>	195
3.2.10	<i>Onde é feito o depósito</i>	195
3.2.11	<i>Depósito como pagamento provisório</i>	195
3.3	<i>Reclamações e recursos</i>	198
3.4	<i>Medida liminar em mandado de segurança</i>	198
3.5	<i>Medida liminar e antecipação da tutela</i>	200
4.	Extinção do crédito tributário	200
4.1	<i>Pagamento</i>	202
4.2	<i>Pagamento indevido. Restituição</i>	206
4.2.1	<i>Extinção do direito à restituição</i>	210
4.2.2	<i>Anulamento de decisão denegatória de restituição</i>	212
4.3	<i>Compensação</i>	213
4.4	<i>Transação</i>	219
4.5	<i>Remissão</i>	219
4.6	<i>Decadência</i>	220

4.7	<i>Prescrição</i>	223
4.8	<i>Conversão de depósito em renda</i>	225
4.9	<i>Pagamento antecipado e homologação do lançamento</i>	226
4.10	<i>Consignação em pagamento</i>	227
4.11	<i>Decisão administrativa</i>	227
4.12	<i>Decisão judicial</i>	228
4.13	<i>Dação em pagamento</i>	228
5.	Exclusão do crédito tributário	229
5.1	<i>Distinções entre isenção, não incidência e imunidade</i>	229
5.2	<i>Isenção</i>	231
5.3	<i>Classificação das isenções</i>	234
5.4	<i>Alíquota zero</i>	236
5.5	<i>Diferimento de incidência</i>	236
5.6	<i>Anistia</i>	237
6.	Garantias e privilégios do crédito tributário	238
6.1	<i>Presunção de fraude</i>	240
6.2	<i>Concurso de preferências</i>	244
6.3	<i>Créditos extraconcursais</i>	245
6.4	<i>Inventário e arrolamento. Liquidações de pessoas jurídicas</i>	246
6.5	<i>Exigência de quitações</i>	246
6.6	<i>Indisponibilidade de bens e direitos</i>	248

CAPÍTULO VI – Administração Tributária

1.	Fiscalização	249
1.1	<i>Sigilo comercial</i>	250
1.2	<i>Dever de informar e sigilo profissional</i>	254
1.3	<i>Sigilo fiscal</i>	255
1.4	<i>Auxílio da força pública</i>	256
1.5	<i>Excesso de exação</i>	258
1.6	<i>Responsabilidade pessoal do agente público</i>	258
2.	Dívida Ativa	259
3.	Certidões negativas	261
3.1	<i>Certidão negativa e perecimento de direito</i>	262
3.2	<i>Certidão negativa e tributo não vencido</i>	265
3.3	<i>Certidão negativa e consignação em pagamento</i>	266
3.4	<i>Exigência de quitação de tributos e liberdade econômica</i>	266
3.5	<i>Certidões negativas e precatório</i>	267
3.6	<i>Precatórios e compensação</i>	268

TERCEIRA PARTE – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO I – Competência Tributária

1.	Sistema tributário	273
----	---------------------------------	-----

2.	Atribuição de competência tributária	274
3.	Limitações da competência tributária	276
3.1	O âmbito constitucional	277
3.2	Legalidade	277
3.3	Isonomia	278
3.4	Irretroatividade	281
3.5	Anterioridade	283
3.6	Proibição de confisco	283
3.7	Liberdade de tráfego	285
3.8	Imunidades	285
3.9	Imunidade recíproca	286
3.10	Imunidade dos templos	289
3.11	Imunidades dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos	290
3.12	Imunidade do livro, jornal e periódico	292
3.13	Outras limitações	294
4.	Competência privativa da União, dos Estados e dos Municípios	295
5.	Competência residual	
5.1	Conceito e limites	297
5.2	Competência residual e adicionais	297
5.3	Competência residual e peculiaridades locais	298
6.	Competência e tributos vinculados	298

CAPÍTULO II – Impostos

1.	Conceito de imposto	300
2.	Classificação dos impostos no sistema tributário brasileiro	
2.1	Os critérios de classificação	302
2.2	Competência	302
2.3	Forma de quantificação	302
2.4	Imposto proporcional	302
2.5	Imposto progressivo	303
2.5.1	Formas de progressividade	304

CAPÍTULO III – Impostos Federais

1.	Imposto de importação	
1.1	Competência	306
1.2	Função	307
1.3	Fato gerador	307
1.4	Alíquotas	309
1.5	Base de cálculo	310
1.6	Contribuinte	311

1.7	<i>Lançamento</i>	311
1.8	<i>Considerações especiais</i>	312
2.	<i>Imposto de exportação</i>	
2.1	<i>Competência</i>	312
2.2	<i>Função</i>	313
2.3	<i>Fato gerador</i>	313
2.4	<i>Alíquotas</i>	314
2.5	<i>Base de cálculo</i>	315
2.6	<i>Contribuinte</i>	315
2.7	<i>Lançamento</i>	316
2.8	<i>Considerações especiais</i>	316
3.	<i>Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza</i>	
3.1	<i>Competência</i>	317
3.2	<i>Função</i>	317
3.3	<i>Fato gerador</i>	318
3.4	<i>Alíquotas</i>	323
3.5	<i>Base de cálculo</i>	324
3.5.1	<i>Lucro real</i>	325
3.5.2	<i>Lucro presumido</i>	326
3.5.3	<i>Lucro arbitrado</i>	327
3.5.4	<i>Rendimento</i>	328
3.6	<i>Contribuinte</i>	329
3.7	<i>Lançamento</i>	331
3.8	<i>Considerações especiais</i>	331
4.	<i>Imposto sobre produtos industrializados</i>	
4.1	<i>Competência</i>	332
4.2	<i>Função</i>	333
4.3	<i>Fato gerador</i>	333
4.4	<i>Alíquotas</i>	335
4.5	<i>Base de cálculo</i>	336
4.6	<i>Não cumulatividade</i>	337
4.7	<i>Contribuinte</i>	340
4.8	<i>Lançamento</i>	340
5.	<i>Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários</i>	
5.1	<i>Competência</i>	341
5.2	<i>Função</i>	341
5.3	<i>Fato gerador</i>	342
5.4	<i>Alíquotas</i>	344
5.5	<i>Base de cálculo</i>	345
5.6	<i>Contribuinte</i>	346
5.7	<i>Lançamento</i>	346

6. Imposto sobre a propriedade territorial rural	
6.1 Competência	346
6.2 Função	346
6.3 Fato gerador	347
6.4 Alíquota	350
6.5 Base de cálculo	350
6.6 Contribuinte	351
6.7 Lançamento	351
6.8 Considerações especiais	351
7. Imposto sobre grandes fortunas	352
8. Impostos extraordinários	
8.1 Competência	353
8.2 Fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas	354
8.3 Contribuinte	355
8.4 Lançamento	355
8.5 Supressão gradual	355
9. Impostos da competência residual	
9.1 Praxe antiga	359
9.2 Limitações da competência residual	360
9.3 A nova válvula de escape: as contribuições	360

CAPÍTULO IV – Impostos Estaduais

1. Imposto sobre heranças e doações	
1.1 Competência	363
1.2 Função	364
1.3 Âmbito constitucional e fato gerador	364
1.4 Alíquotas	366
1.5 Base de cálculo	367
1.6 Contribuinte	367
1.7 Lançamento	368
1.8 Implicações no processo de inventário	368
2. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços	
2.1 Competência	369
2.2 Função	369
2.3 Fato gerador	
2.3.1 Fato gerador e âmbito do tributo	371
2.3.2 Operações relativas à circulação	373
2.3.3 Mercadorias	375
2.3.4 Prestações de serviços	377
2.3.5 Bens destinados a consumo ou ativo fixo	379
2.3.6 Bens importados mediante “leasing”	380
2.4 Alíquotas	380



2.5	<i>Base de cálculo</i>	383
2.6	<i>Fornecimento de mercadorias com prestações de serviços</i>	384
2.7	<i>Não cumulatividade</i>	385
2.8	<i>Contribuinte</i>	386
2.9	<i>Substituição tributária</i>	387
2.10	<i>Lançamento</i>	388
2.11	<i>Convênios interestaduais</i>	388
2.12	<i>A lei complementar</i>	389
2.13	<i>As imunidades</i>	389
2.13.1	<i>Os semielaborados</i>	390
2.13.2	<i>Operações interestaduais com petróleo, seus derivados e energia elétrica</i>	390
2.13.3	<i>Ouro como ativo financeiro</i>	391
3.	<i>Imposto sobre a propriedade de veículos automotores</i>	
3.1	<i>Competência</i>	391
3.2	<i>Função</i>	392
3.3	<i>Fato gerador</i>	392
3.4	<i>Alíquota e base de cálculo</i>	393
3.5	<i>Contribuinte</i>	394
3.6	<i>Lançamento</i>	395
CAPÍTULO V – Impostos Municipais		
1.	<i>Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana</i>	
1.1	<i>Competência</i>	396
1.2	<i>Função</i>	397
1.3	<i>Fato gerador</i>	398
1.4	<i>Alíquotas</i>	399
1.5	<i>Base de cálculo</i>	402
1.6	<i>Contribuinte</i>	402
1.7	<i>Lançamento</i>	403
2.	<i>Imposto sobre a transmissão “inter vivos” de bens imóveis e direitos a eles relativos</i>	
2.1	<i>Competência</i>	403
2.2	<i>Função</i>	404
2.3	<i>Fato gerador</i>	404
2.4	<i>Alíquotas</i>	406
2.5	<i>Base de cálculo</i>	406
2.6	<i>Contribuinte</i>	407
2.7	<i>Lançamento</i>	408
2.8	<i>Considerações especiais</i>	408
3.	<i>Imposto sobre serviços de qualquer natureza</i>	
3.1	<i>Competência</i>	409

3.2	<i>Função</i>	410
3.3	<i>Fato gerador</i>	410
3.4	<i>Alíquotas</i>	414
3.5	<i>Base de cálculo</i>	414
3.6	<i>Contribuinte</i>	416
3.7	<i>Lançamento</i>	418

CAPÍTULO VI – Contribuições Sociais

1.	<i>Conceito e natureza jurídica</i>	419
2.	<i>Função</i>	420
3.	<i>Espécies</i>	421
3.1	<i>Contribuições de intervenção no domínio econômico</i>	421
3.2	<i>Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas</i>	423
3.3	<i>Contribuições de seguridade social</i>	424
3.4	<i>Contribuições sociais gerais</i>	426
4.	<i>Competência</i>	427
5.	<i>Contribuintes</i>	427
6.	<i>Alíquotas e bases de cálculo</i>	429
7.	<i>Lançamento</i>	431
8.	<i>Considerações especiais</i>	431
9.	<i>Contribuição de iluminação pública</i>	432

CAPÍTULO VII – Taxas

1.	<i>Conceito de taxa</i>	434
2.	<i>Fato gerador</i>	435
2.1	<i>Poder de polícia</i>	435
2.2	<i>Serviço público</i>	437
3.	<i>Base de cálculo</i>	439
4.	<i>Competência para instituir e cobrar taxas</i>	440
5.	<i>Distinção entre taxa e preço público</i>	441

CAPÍTULO VIII – Contribuição de Melhoria

1.	<i>Conceito</i>	445
2.	<i>Função</i>	447
3.	<i>Fato gerador</i>	447
4.	<i>Cálculo</i>	449
5.	<i>Requisitos para cobrança</i>	451
6.	<i>Lançamento</i>	451
7.	<i>Distinção entre contribuição de melhoria e taxa</i>	451
8.	<i>Desvalorização do imóvel decorrente de obra pública</i>	453
9.	<i>Razões para a não instituição</i>	453

QUARTA PARTE – ESTUDOS COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I – Noções do Processo Administrativo Tributário

1. Introdução	457
2. Conceito, natureza e espécies	457
3. Determinação e exigência do crédito tributário	
3.1 Considerações gerais	458
3.2 O procedimento e suas fases	458
3.3 A fase não contenciosa	459
3.4 A fase contenciosa	460
3.5 O arrolamento de bens	464
4. A consulta	465
5. Outros processos administrativos tributários	466
6. Contagem dos prazos	467
7. Recurso hierárquico	468

Capítulo II – Processo Judicial Tributário

1. Introdução	471
2. Garantias constitucionais	
2.1 Inafastabilidade do controle judicial	472
2.2 Contraditório e ampla defesa	473
2.3 Direito à jurisdição	474
3. Espécies de processo	475
3.1 Processo de conhecimento	475
3.2 Processo de execução	476
3.3 Processo cautelar	476
4. Ações de iniciativa do Fisco	
4.1 Execução fiscal	476
4.2 Cautelar fiscal	481
4.3 Ação rescisória	481
4.4 Ação anulatória de decisão administrativa favorável ao contribuinte	482
5. Ações de iniciativa do contribuinte	
5.1 Ação anulatória de lançamento tributário	483
5.2 Ação declaratória	483
5.3 Ação de consignação em pagamento	484
5.4 Ação de repetição do indébito	484
5.5 Mandado de segurança	486
5.6 Ação rescisória	487
5.7 Reclamação ao STF	488
6. Ações de controle de constitucionalidade	
6.1 O controle de constitucionalidade pelo Judiciário	488
6.2 Ação direta de inconstitucionalidade	490

6.3	<i>Ação declaratória de constitucionalidade</i>	492
6.4	<i>Diferença entre as ações de controle de constitucionalidade</i>	493
7.	<i>Ações da coletividade</i>	
7.1	<i>Ação popular</i>	493
7.2	<i>Ação civil pública</i>	494
CAPÍTULO III – Ilícito Tributário		
1.	<i>Ilícito e sanção</i>	496
2.	<i>Ilícito administrativo tributário</i>	497
3.	<i>Ilícito penal tributário</i>	
3.1	<i>Precedentes</i>	498
3.2	<i>Crimes contra a ordem tributária</i>	
3.2.1	<i>Os tipos e as penas</i>	499
3.2.2	<i>Interpretação benigna</i>	500
3.3	<i>Apropriação indébita</i>	
3.3.1	<i>Precedentes</i>	501
3.3.2	<i>Não recolhimento de tributo</i>	502
3.3.3	<i>Tipo novo e prisão por dívida</i>	504
3.3.4	<i>Contribuição previdenciária e sistema de informações</i>	505
3.3.5	<i>Inexigibilidade de outra conduta</i>	505
4.	<i>Sanção administrativa e sanção penal</i>	506
5.	<i>A questão da responsabilidade penal</i>	507
6.	<i>Sanções pessoais e patrimoniais</i>	508
7.	<i>Solução adequada</i>	508
8.	<i>Sanções políticas</i>	509
9.	<i>Extinção da punibilidade pelo pagamento</i>	
9.1	<i>No âmbito penal</i>	511
9.2	<i>No âmbito administrativo</i>	512
10.	<i>Exclusão da punibilidade</i>	512
11.	<i>Prévio exaurimento da via administrativa</i>	513
12.	<i>Crime de supressão ou redução de tributo e imunidade</i>	
12.1	<i>Elemento essencial do tipo</i>	515
12.2	<i>Fatos relativos a entidade imune</i>	515
13.	<i>Crimes contra a ordem tributária e interpretação da lei tributária</i>	516
 <i>Bibliografia</i>		517
 <i>Índice alfabético</i>		541